

Democracia à brasileira pelas lentes da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação: do golpe de 2016 ao cenário pandêmico de 2020¹

Brazilian-style democracy through the lens of the Association for Research and Graduate Studies in Education: from the 2016 coup to the 2020 pandemic scenario

Camila Ferreira da Silva²
Universidade Federal do Amazonas
cfsilva@ufam.edu.br

Resumo: O artigo parte do cenário social hodierno marcado pela ascensão de governos de extrema direita com caráter populista e autoritário e suas agendas conservadoras para a educação. Retraça os processos de recentes rupturas democráticas no Brasil que possibilitaram a eleição de Bolsonaro e a consolidação de uma agenda política marcada, entre outros elementos, pelas contranarrativas históricas e pelo combate à ciência. A partir de uma perspectiva bourdieusiana, tomamos à análise os Boletins da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), de 2016 a 2020, com o objetivo de compreender os posicionamentos e as lutas travadas por uma entidade que atua decisivamente no ensino de pós-graduação e na pesquisa em Educação há quatro décadas nesta conjuntura em que o papel das Ciências Humanas é interpelado.

Palavras-chave: Democracia; Educação; Pesquisa.

Abstract: The article starts from the current social scenario marked by the rise of far-right governments with populist and authoritarian character and their conservative agendas for education. It retraces the processes of recent democratic ruptures in Brazil that made

¹ Estudo apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, Manaus, Brasil.

possible the election of Bolsonaro and the consolidation of a political agenda marked, among other elements, by historical counter-narratives and the fight against science. From a Bourdieusian perspective, we analyzed the Bulletins of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd), from 2016 to 2020, to understand the positions and struggles waged by an entity that acts decisively in the graduate teaching and research in Education for four decades at this juncture in which the role of the Human Sciences is questioned.

Keywords: Democracy; Education; Research.

Introdução

As relações entre política e ciência têm povoado as discussões acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento, em esforços de reflexividade acerca do papel da comunidade científica no direcionamento das políticas públicas, de um lado, e acerca da interdependência entre os campos político e científico, entre Estado, associações e pesquisadores/as, de outro. O movimento de mutualismo que marca tais relações nos permite compreender como ciência e política acabam por atuar para além das fronteiras de seus respectivos campos, ratificando a concepção bourdieusiana de refração dos campos sociais em relação às demandas e pressões externas e à heteronomia. Desse modo, a autonomia relativa dos campos científico e político não prescinde das suas ligações com o macrocosmo social e com tantos outros espaços sociais com os quais dialogam (BOURDIEU, 2004).

Tal autonomia relativa, em contexto capitalista de caráter mundializado, relaciona-se ao fato de a ciência depender, em alguma medida, financeira e simbolicamente, do Estado (CARIA, 2007). A comunidade científica e seus agentes, os intelectuais, consolidam as regras próprias da ciência ao passo que dialogam com a arena pública mais ampla, e isso se insere nos seguintes movimentos: i) a ciência tem como um de seus limites praxiológicos o panorama de época no qual um tipo específico de Estado e de campo político se expressam, e ii) é ela própria, a ciência, transvestida em comunidade, que busca atuar e modificar a figuração de determinado momento político. Nesse sentido, “La ciencia tiene un carácter político, en el sentido de que no sólo se enfrenta a recursos finitos y conocimiento incompleto, sino también, en democracias multiétnicas, al pluralismo ético” (MITCHAM; BRIGGLE, 2007, p. 145).

É, pois, no entrelaçamento entre ciência e política que o presente artigo se insere. O cenário brasileiro recente é tomado à análise com destaque para a conjuntura que se estende do golpe parlamentar de 2016 sobre a presidenta Dilma Rousseff ao primeiro ano da pandemia no país. Para tratar da relação entre os campos científico e político nesta trama específica, elegeu-se o seguinte caminho: perscrutar os posicionamentos e ações de uma entidade científica no recorte temporal supracitado. O objetivo geral consiste, então, em compreender os posicionamentos e as lutas travadas por uma entidade que atua decisivamente no ensino de pós-graduação e na pesquisa em Educação há quatro décadas nesta conjuntura

em que o papel das Ciências Humanas tem sido interpelado frente às profundas transformações pelas quais a democracia brasileira tem passado nesse período.

Estamos a falar da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e, do ponto de vista operacional, este trabalho tomou à análise os Boletins produzidos por esta associação e publicados em sua página eletrônica entre os anos de 2016 e 2020. Este período compreende transições importantes no âmbito do Estado, de Dilma a Temer, e de Temer a Bolsonaro, tal interstício foi marcado por um processo de *impeachment*, pela eleição de um governo neoconservador de caráter populista e religioso e por uma pandemia. Pela amplitude do alcance dessas transformações na vida social dos/as brasileiros/as, o exercício intelectual de analisar as lutas travadas na arena pública revela-se crucial no sentido de proporcionar uma melhor compreensão dos agentes, instituições, bandeiras, posicionamentos, resistências e ações que têm marcado a vida política nacional.

A pesquisa que confere corpo ao presente texto situou-se na Sociologia Política da Educação (TORRES, 2011) e, a partir de uma abordagem qualitativa, utilizou a pesquisa documental para construir uma análise de conteúdo dos Boletins da ANPEd. As categorias de análise foram: temas/bandeiras de luta, agentes e ações. O movimento do artigo vai da caracterização das rupturas democráticas no Brasil no cenário recente à análise da atuação da ANPEd nesse cenário, passando pelo debate em torno das relações entre comunidade científica e campo político no Brasil contemporâneo.

Continuidades e rupturas na arena política brasileira na última década

A jovem democracia brasileira não pode ser compreendida de forma linear, uma vez que sua construção tem sofrido rupturas significativas no sentido dos projetos societários que têm demarcado as sucessões no governo federal, sobretudo no período posterior à ditadura militar. A ideia de que diferentes partidos cheguem ao poder e, com isso, expressem suas bandeiras e tipos de governança compõe o ideário democrático de alternância e de amadurecimento da experiência democrática, contudo, as formas de ascensão e, sobretudo, as rupturas engendradas nesses processos são decisivas para os direcionamentos e as distensões causadas à democracia no âmbito das lutas no campo político. O cenário nacional contemporâneo, a nível analítico, constitui expressão *sui generis* das implicações sociais das fraturas na democracia, e as continuidades e rupturas que têm se desenhado na última década nos falam das especificidades da experiência democrática brasileira: instituições, agentes, lutas, formas de participação e bandeiras têm se atualizado diante das transformações correlacionais nos níveis internacional, nacional e local.

A complexidade que marca a arena política brasileira desde os movimentos de 2013 até os nossos dias tem ganhado atenção da comunidade científica em múltiplas áreas do conhecimento, demonstrando a difícil tarefa dos intelectuais no sentido de interrogar o tempo presente (ROSA, 2015).

A partir de 2013 novíssimos atores entraram em cena e mudaram o panorama das manifestações no Brasil com multidões nas ruas após serem convocadas por redes sociais

on-line. As causas para o entendimento destas alterações devem ser buscadas tanto na conjuntura político-econômica interna do país, como na conjuntura externa. Essa última dada pelos reflexos da crise econômica internacional a partir de 2008, geradora de grandes mobilizações e manifestações ocorridas na Europa, com o movimento dos Indignados na Grécia, Espanha, Portugal, as manifestações do movimento Occupy e as ocorridas na Turquia, na Praça Taksim em 2013; assim como as lutas pela redemocratização no Oriente Médio, com a Primavera Árabe na Tunísia, Egito etc. (GOHN, 2016, p. 129).

A coexistência de grupos heterogêneos e até antagônicos no mesmo espaço de mobilização coletiva, o protagonismo juvenil, as novas formas de convocação e de mobilização e manifestação, bem como a diversificação de bandeiras de luta expressam as novidades nesse cenário. E, apesar de isso significar uma importante transformação no âmbito das formas de participação na vida pública do país, diferentes autores têm demonstrado como os acontecimentos que se desenrolaram no pós-2013 consolidam a compreensão de que o Brasil fez uma opção de retorno ao tradicional, ao conservador e ao liberal (SINGER, 2013; TATAGIBA, 2014; SOUZA, 2018; GOHN, 2019). Dos vinte centavos – primeira bandeira do Movimento Passe Livre (MPL) nas jornadas de junho de 2013 – à indignação generalizada com a situação social, econômica e política do país, os protestos ganharam tom e curso mais amplos do que a mera retificação em alguma política mais pontual de transporte, de preço nos combustíveis ou mesmo ligada à Copa do Mundo, diferentes forças políticas passaram a redirecionar as manifestações contra a figura do governo federal.

A rejeição à política institucional e à corrupção, muitas vezes associada à exaltação de valores nacionalistas, eram temas de identidade ideológica evasiva, adotados tanto por aqueles que não conseguiam expressar sua indignação de forma mais específica (“todos unidos por um Brasil melhor”), como por pessoas conservadoras. A direita, que não mostrava sua cara nas ruas desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, pouco antes do golpe de 1964, “pegou carona”, por assim dizer, nos protestos de junho de 2013 (GONDIM, 2016, p. 12).

O *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff pode ser compreendido nessa chave explicativa que elegemos para esta seção: das continuidades e rupturas. Isso porque a própria chegada ao poder central e os seguidos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016 expressaram, de forma concomitante, mudanças e avanços profundos no que se refere às políticas sociais e às redes de proteção a partir do redirecionamento dos gastos públicos (DWECK; TEIXEIRA, 2017), de um lado, e ininterruptão quanto à essência da política macroeconômica, de outro. Essa aparente contradição consubstanciou tais governos a partir da conjuntura internacional, por meio da equação que alia controle da inflação, equilíbrio fiscal e cambial, estabilização financeira e crescimento econômico, em detrimento da superação das desigualdades sociais (MELO, 2009; FRIGOTTO, 2011).

Essa combinação, portanto, de avanços sociais e crescimento econômico sofreu desaceleração significativa a partir da conjuntura internacional de recessão econômica, a qual impactou decisivamente países do Sul global. A instabilidade política e financeira do segundo mandato do governo Dilma se devia,

então, à combinação dos cenários internacional e nacional, e neste último as reverberações das jornadas do ano anterior foram inflamadas durante o pleito eleitoral e se aprofundaram paulatinamente com elementos como: polarização, composição reacionária do Congresso Nacional, Operação Lava-Jato e a tônica do debate sobre a corrupção no país.

A próxima ruptura que aqui destacamos, então, não é apenas uma sucessão ordinária no governo federal ou no direcionamento das políticas públicas, no *impeachment* de Dilma Rousseff e na ascensão de Michel Temer assistimos a uma fratura na democracia do país. Amplamente denominado de golpe dentro e fora do campo científico, este movimento servirá mais tarde como porta de entrada para a ascensão de Jair Messias Bolsonaro, exatamente pelo seu caráter conservador e de resgate de velhas soluções para questões do presente. O aprofundamento das relações entre crise, neoliberalismo e neoconservadorismo vai tomando lugar nos anos de governo de Temer, sobretudo pelas apressadas reformas que vão se consolidando no seu curto mandato, seus principais alvos foram o orçamento público (com o Teto de Gastos), a educação (com a reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular) e as reformas da Previdência e Trabalhista.

Chamamos atenção para uma ruptura reveladora do tom regressista trazido pelo governo Temer: as políticas públicas sociais começam a ser miradas sobremaneira com a perspectiva gerencialista de racionalização dos “gastos” públicos e aqui passou-se a se resgatar uma crítica à garantia dos direitos sociais por meio da mediação do Estado. O mercado, portanto, volta a disputar de forma menos velada a posição de decisor dos caminhos sociais no país, e tônicas que servirão de base para a campanha de Bolsonaro já ganhavam centralidade nesse momento: enxugamento do Estado, políticas de austeridade, recentralização do capital internacional e desnacionalização, entre outras.

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, por sua vez, significou continuidades nesse campo econômico e dos direcionamentos das políticas sociais com relação a seu antecessor. Porém, destacam-se sobremaneira as seguintes rupturas: estratégias e bandeiras de campanha, o discurso antipolítico, os enfoques nacionalista e religioso e o neoconservadorismo. A vitória de Bolsonaro em 2018 não pode, no entanto, ser compreendida de forma apartada da conjuntura internacional, na qual assistimos à ascensão de forças da extrema direita ao poder – ou mesmo ao centro das disputas políticas – nas democracias liberais: Trump com o slogan *Make America great again*; Le Pen e a Frente Nacional na França com a máxima *La France pour les Français!*; o movimento do Brexit, que se pautou na campanha *Take back control*, com claro tom xenófobo; além de demonstrações de nacionalismos xenófobos e racistas em vários países, como a Alemanha, a Polônia, a Suécia e a Itália (BROWN, 2019).

O uso sistemático de *fake news*, acompanhado de sua campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, davam pistas, em 2018, da agenda conservadora e das estratégias midiáticas que viriam a marcar os primeiros anos do governo Bolsonaro (CESARINO, 2019). Com a chamada reforma administrativa, com a qual reorganizou os órgãos da presidência e dos ministérios, as fusões e renomeações ministeriais, ainda em 2019, Bolsonaro endereçava promessas de campanha e deixava claro os posicionamentos de seu governo para questões ligadas aos campos político e econômico e, sobretudo, aos direitos humanos, povos tradicionais, etnia e raça, gênero, movimentos sociais, entre outros.

Dessa forma, evidencia-se que a ruptura com o governo Bolsonaro está muito para além de redirecionamentos das políticas públicas e da governança em função da simples alternância dos partidos, coligações e forças no poder, aqui o projeto de nação se liga a um saudosismo ditatorial, a um flerte incestuoso com a religião e, nas palavras de Cohn (2020), à morte da ordem democrática e ao não reconhecimento do contraditório. Para este autor, “[...] a questão que se coloca é como enfrentar o tema da justiça social e das políticas públicas de corte social (em particular) quando a gestão do social caracteriza-se por um forte traço segregacionista, excludente, com laivos explícitos de natureza fascista?” (COHN, 2020, p. 131). Com o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, em 2020, esses traços desumanizantes do governo Bolsonaro ganharam novo estatuto, pois a governança da morte não ficou mais nas entrelinhas, ela veio para o primeiro plano no embate economia *versus* vidas.

A reconstrução desse cenário recente da vida política brasileira, sob a mirada das continuidades e rupturas, possibilita-nos a ratificação da importância da compreensão histórica da democracia à brasileira, ou seja, da experiência nacional democrática. Gohn (2019), exatamente neste exercício intelectual, compreende o momento atual do governo Bolsonaro como um período de desdemocratização, ao passo que não nos permite perder as esperanças em nossa tarefa histórica de revitalizar e fazer renascer a democracia entre nós.

Comunidade científica e resistências

A produção em torno da comunidade científica e de seus agentes, os intelectuais, é bastante consolidada, seja na Filosofia, História e Sociologia da Ciência, seja mais recentemente nos movimentos de autorreflexão que os/as pesquisadores/as vêm desenvolvendo em suas respectivas áreas do conhecimento, refletindo em torno do papel social, das práticas, regras e da reprodução de seus quadros no campo científico. Com os processos de autonomização relativa do campo da ciência, conforme assevera Pinheiro (2014), foi a partir do século XIX que passamos a registrar a consolidação da capacidade de intervenção dos intelectuais no debate público – seja com base na sua relação com o poder e com a política (SARTRE, 1994; DELPORTE, 1996; FOUCAULT, 2002; TILLY, 1978), seja na sua relação com a cultura (GRAMSCI, 1968).

“Crítico da visão sartreana de intelectual, Bourdieu considera que essa figura não é em nenhum caso um ‘criador não criado’ ou um ‘classificador inclassificável’, mas um ser socialmente determinado em função de sua classe, ocupação, ideologia e posição no campo intelectual” (BEIRED, 2009, p. 89). Desse modo, o exercício de pensar o papel da comunidade científica nas questões públicas do Brasil contemporâneo passa necessariamente por essa compreensão de que o conjunto dos intelectuais não constituem um grupo homogêneo e uníssono, e os posicionamentos e ações que vão se desenhando da parte das instituições e agentes da ciência relacionam-se exatamente com estas questões posicionais que Pierre Bourdieu (2008) chama atenção.

Compreendendo, então, que grupos no interior da comunidade científica podem aliar-se inclusive às forças neoconservadoras que descrevemos na seção anterior, interessa-nos aqui destacar os movimentos de resistências que têm ganhado espaço no Brasil, no recorte temporal de 2016 a 2020, em que, em função das transformações políticas mais amplas, o campo científico passou a ser sistematicamente atacado e desfinanciado.

Entre 2007 e 2014, o Brasil experimentou um ciclo raro de financiamento contínuo à pós-graduação e à pesquisa, segundo Moura e Camargo Junior (2017, p. 1),

Foi um período em que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e as fundações estaduais de amparo às pesquisas (FAPs) tinham recursos generosos aplicados no restabelecimento da infraestrutura de pesquisa e na criação e consolidação de cursos de pós-graduação.

Os autores demonstram que a crise internacional e, sobretudo, a crise política nacional a partir de 2015 colocaram em xeque esse período de investimento e crescimento da pesquisa científica e da formação de pesquisadores/as no país. Os números sobre a destinação de recursos para ciência e tecnologia no país no século XXI são expressivos com relação ao impacto das rupturas políticas de que falamos na seção anterior sobre o campo científico: os valores executados entre 2003 e 2013 revelam um incremento na ordem dos 215%; na sequência, é exatamente no processo de agudização da crise política no país que a execução nesta área despenca, posto que entre 2013 e 2019 o Brasil registrou uma redução de 56,36% (MACÁRIO; REIS, 2020) – vale a pena destacar que, no nível mais amplo do campo político, este último recorte temporal abarca as eleições de 2014, o impeachment de Dilma Rousseff, o governo Temer e o primeiro ano do governo Bolsonaro.

Este cenário de desinvestimento na ciência e tecnologia impactou diretamente os anos de 2020 e 2021 em um contexto de pandemia, posto que os cortes gerais e de bolsas no CNPq, na CAPES e nos repasses para outras agências estaduais, além da governança de Bolsonaro e sua equipe, foram decisivos na reação à pandemia no Brasil. “Com os recentes cortes de recursos para a ciência, o Brasil ficou ainda mais dependente da importação de insumos e equipamentos para combater o coronavírus no país” (BONI, 2021, para 3), desde testes para a detecção do vírus até os avanços com relação ao desenvolvimento da vacina e à própria vacinação frente ao avanço do negacionismo e dos movimentos antivacinas.

Consideramos que em um país com um processo constante de precarização dos/as pesquisadores/as em formação, da iniciação científica ao pós-doutorado, decidir pela carreira acadêmica constitui por si um ato de resistência. Isso porque os processos de desinvestimento recaem diretamente sobre o número de bolsas para os/as estudantes, e ficamos diante de um processo que transforma uma situação que já era difícil [viver de bolsa, sem garantias e seguridade trabalhista alguma] em um cenário avassalador em que a destinação de recursos para a ciência passa a ficar destacadamente abaixo daquilo que seria o mínimo para cobrir o número de vagas na pós-graduação pós-expansão recente.

E, como o cenário de retrocesso no financiamento tem comprometido nos últimos anos todos os níveis de desenvolvimento da ciência e da formação de cientistas no país, as ações da comunidade científica no sentido do combate à desertificação da ciência brasileira têm feito despontar acentuadamente a ação das entidades e agentes da ciência no campo político. Destacamos, então, algumas das principais ações, posicionamentos e instituições e agentes que têm construído pontos de resistência aos ataques à democracia e à ciência na atualidade:

- ✓ Cartas abertas contra o golpe à Dilma Rousseff por parte de associações científicas e programas de pós-graduação de distintas áreas do conhecimento;
- ✓ Oferta da disciplina “Tópicos especiais em Ciência Política: o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, sob a coordenação do professor Luis Felipe Miguel (Universidade de Brasília), em 2018 – antes mesmo de iniciar, este curso foi criminalizado e judicializado por parte do então Ministério da Educação;
- ✓ Curso Livre “O golpe de 2016 e a Educação no Brasil”, promovido pela Faculdade de Educação da Unicamp em 2018, com ênfase na autonomia universitária e na liberdade de cátedra – este curso deu origem ao e-book que recebeu o mesmo título e foi organizado por, Nora Krawczyk e José Claudinei Lombardi (2018);
- ✓ Carta enviada ao presidente da Câmara dos Deputados na altura, Rodrigo Maia, solicitando exclusão das despesas de recursos próprios das Universidades e Institutos Federais dos limites do Teto de Gastos, assinada pela SBPC, ABC, Andifes, Confap, Conif, Confies, Consecti e IBCIHS e apoiada por mais de 70 entidades científicas e acadêmicas³;
- ✓ Renúncias de pesquisadores/as de órgãos públicos de fomento e de pesquisa frente aos retrocessos, desfinanciamento e perseguições do governo Bolsonaro;
- ✓ Luta em torno do não contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);
- ✓ Marcha Virtual pela Ciência no Brasil, coordenada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e apoiada por dezenas de instituições científicas e acadêmicas de todo o país, instituições de ensino superior e programas de pós-graduação, manifestação com o objetivo de chamar a atenção para a importância da ciência no enfrentamento da pandemia de Covid-19;
- ✓ Tuitos, manifestações virtuais e paralisações contra os cortes na ciência, organizados por associações como a Academia Brasileira de Ciências, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), entre outras;
- ✓ Participação das associações científicas e educacionais em audiências públicas ligadas à democracia, à ciência e às questões específicas de cada área do conhecimento no período analisado;

³ Disponível em: <http://www.sbponline.org.br/2020/11/sbp-manifesta-apoio-a-carta-que-pede-votacao-da-pec-24-ainda-este-ano>.

- ✓ Manual para recuperar recursos de CT&I no PLOA 2021, publicado pela SBPC e destinado às lideranças partidárias e deputados e senadores da Comissão Mista do Orçamento (CMO), intitulado “É PRECISO EVITAR O COLAPSO DA CIÊNCIA EM 2021!”⁴.

Essas e tantas outras ações e posicionamentos são reveladores da diversidade de lutas travadas pela comunidade científica no seio do campo político nos últimos anos. Evidencia-se, nesse período, a necessidade de diversificar as formas de participação na arena política, as diferentes bandeiras e as novas estratégias de luta frente ao isolamento social acarretado pela pandemia. A comunidade científica brasileira defendeu a democracia, as condições para a ciência e para os cientistas e o seu financiamento, a educação e a liberdade de cátedra e a autonomia universitária, entre outras questões. De modo mais particular,

O enfrentamento consequente da crise de financiamento da ciência e tecnologia no Brasil inscreve-se nas lutas mais gerais da sociedade brasileira contra a agenda regressiva atualmente em curso e contra o padrão de acumulação que se consolidou historicamente em nosso país. Não se trata, portanto somente de uma luta de pesquisadores pela ampliação de recursos orçamentários. A consolidação de um sistema nacional de C&T implica na construção de um projeto autônomo de nação sob a perspectiva das forças do trabalho (MACÁRIO; REIS, 2020, p. 6-7).

A comunidade científica enquanto um agente histórico coletivo acaba por expressar, nas lutas que trava com outros campos sociais, incluindo o campo político, seus projetos de ciência e de sociedade. Além disso, a partir das resistências dos/as cientistas, é possível perceber o grau de refração desses dois campos sociais. Vejamos, pois, a partir de agora, esta refração a partir da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Atuação e posicionamentos da ANPED, do golpe à pandemia

A ligação entre ciência e política, portanto, pode ser observada, dentre outras frentes, pelos posicionamentos, discussões e ações da comunidade científica sobre os assuntos de interesse público em determinada área da vida social. No caso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), sua estreita ligação com a história do país evidencia-se desde a construção desta entidade no período ditatorial e suas lutas pelo processo de redemocratização. No seu estatuto, dentre os objetivos traçados, lê-se “[...] promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do país, especialmente no tocante à pós-graduação” (ANPED, 2006, p. 1).

Cury (2007) e Frigotto (2011) asseveram que, para além da atuação intra-universitária, a ANPED se consolidou como um dos protagonistas nas lutas sociais em torno da educação. As parcerias com outras associações científicas e acadêmicas, instituições de ensino superior e de pesquisa, entidades de base do

⁴ Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Demandas-da-Cie%CC%82ncia-PLOA-2021-.pdf>.

campo educacional e com movimentos sociais são apontadas por esses autores com vistas a destacar a defesa histórica da ANPEd pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. As principais atuações dessa associação na história política do Brasil ligam-se a momentos e bandeiras como: o fim da ditadura militar e a redemocratização; a constituinte de 1987-1988 e educação como direito público subjetivo e como dever do Estado; financiamento crescente e vinculado a percentuais de impostos; a um plano nacional de educação; uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; formação e valorização dos profissionais da educação; bem como temas específicos ligados aos níveis, etapas e modalidades da educação nacional.

Todas essas lutas trazem, como plano de fundo, o debate em torno dos projetos de educação e de sociedade em disputa. E no cenário mais recente, mais especificamente de 2016 aos nossos dias, a atuação da ANPEd tem refletido as transformações sociais mais amplas na figuração sociopolítica do país e os desafios que têm se desenhado para a democracia e para a educação brasileira. Os temas enfrentados pela associação e seus/suas associados/as nesse período, bem como as estratégias de luta, são reveladores de como a educação e a ciência têm sido tomadas pelos sucessivos governos de Dilma Rousseff, Temer e Bolsonaro.

Para analisar os posicionamentos e as ações da ANPEd entre 2016 e 2020, do golpe à pandemia, estudamos os Boletins da associação publicados nesse recorte temporal e construímos três categorias de análise, a saber: i) temas/bandeiras de luta, ii) agentes e iii) ações. Observemos, então, os principais temas ligados à arena política que tomaram lugar nesses boletins:

Quadro 1 – Temas sobre os quais os posicionamentos e ações da ANPEd incidiram na arena política – 2016-2020

Ano	Temas
2016	Democracia ameaçada e impeachment da Presidenta Dilma Rousseff
	Cortes no orçamento das FAPs
	Presidência do INEP
	Golpe e suas consequências para a educação nacional. Focos: Ensino Médio, Educação Infantil, Ensino Superior, PIBID, BNCC e laicidade nas escolas
	Avanço conservador e privatização na educação
	Escola Sem Partido e o que os conservadores denominam de “Ideologia de Gênero”
	CAPES e os recursos de custeio para os PPGs e Avaliação da Pós-Graduação
	Campanha #FicaMCTI
	Conselho Nacional de Educação no governo interino
	Ações afirmativas no Ensino Superior
	PEC 241/2016; 55/2016 (PEC do teto dos gastos públicos)
	Eleições municipais
	Reforma do Ensino Médio e BNCC
	Defesa da UERJ e das universidades públicas
FUNDEB	
Fórum Nacional de Educação (FNE), Portaria n. 577 de 27 de abril de 2017 do MEC e CONAE 2018	

Silva – Democracia à brasileira

2017	Renúncia coletiva do FNE e criação da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE)
	Doutorado profissional
	PNE e Teto dos gatos públicos
	Reajuste das bolsas da Pós-Graduação e cortes em CT&I
	Defesa da laicidade
	Plano Nacional do Livro Didático (PNLD)
	Defesa de Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira
2018	Avaliação das metas do PNE 2014-2024
	CONAPE 2018
	BNCC e submissão de formação de professores à Base
	Reforma do Ensino Médio
	Padronização e controle impostos pelo Programa de Residência Pedagógica
	Pós-Graduação, avaliação e defesa da autonomia e da liberdade de expressão na universidade
	Assassinato da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes e prisão do ex-presidente Lula
	Defesa da laicidade
	Escola Sem Partido
	Corte etário na Educação Infantil e Educação doméstica
	Revisão da Política Nacional de Educação Especial
2019	Cortes na CAPES
	Eleições presidenciais
	Cortes nas universidades federais
	#ciênciaocupabrasília, em reivindicação pela recuperação orçamentária da C&T e propostas de fusão da CNPq e CAPES
	Reforma da previdência
	FUNDEB Permanente
	Intervenção na nomeação de reitores
	Future-se
	Diretrizes para a formação de professores
Escola Sem Partido	
2020	Decreto N.º 10.134/2019 e desmonte da Educação Infantil
	Novo FUNDEB e campanha #votafundeb e o CAQ
	BNCC e Formação de professores
	Programa Nacional do Livro e do Material Didático para Educação Infantil
	Políticas de combate à pandemia
	Desmonte da ciência e tecnologia
	Escola Sem Partido
	Cortes nas bolsas CAPES
Suspensão do ENEM	

Avaliação da Educação Infantil e a nova portaria da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica
Expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais
Nova política de Educação Especial

Fonte: Dados da pesquisa organizados pela autora.

Nesta primeira categoria de análise, temos que absolutamente todas as rupturas democráticas que apontamos na primeira seção deste artigo ganham centralidade nas lutas travadas pela ANPEd no período analisado, o que demonstra a atenção, a vigilância e o protagonismo que esta associação continua a desempenhar quando se trata da vida pública do Brasil e, mais especificamente, da educação nacional. Se no ano de 2016 temos a tônica no processo que envolveu o *impeachment* de Dilma Rousseff e os perigos que esta ruptura representava naquela altura, este mesmo movimento de preocupação com a democracia brasileira se repetiu quando das eleições presidenciais de 2018 frente às ameaças que a candidatura de Jair Bolsonaro impunha.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a ANPEd – a exemplo de seu posicionamento pelo fim da ditadura militar na década de 1980 –, mais uma vez se coloca como uma voz no conjunto da sociedade que se posiciona pela continuidade democrática. Igualmente, as consequências do golpe de 2016 e da eleição de Bolsonaro acabaram se tornando tema/bandeira de luta da associação no período analisado. Isso demonstra a compreensão da ANPEd no sentido da ligação entre as rupturas na democracia e os redirecionamentos e reformas na área da educação. Estas questões mais amplas englobaram ainda: as eleições municipais de 2016, o assassinato da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes e a prisão do ex-presidente Lula da Silva, reforma de previdência, entre outras.

O avanço do conservadorismo, com as privatizações, o Escola Sem Partido e as discussões sobre gênero nas escolas de educação básica, já havia sido tomado como tema nos Boletins da ANPEd em 2016, o que nos permite entender que a associação, ao analisar a conjuntura do golpe, do governo interino e da ascensão de Temer à presidência, anteviu a força de movimentos e grupos conservadores nos campos político e educacional. Nessa mesma direção podemos tratar da questão da Renúncia coletiva do FNE e criação da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), em 2017, que se deveu à Portaria nº 577 de 27 de abril de 2017 do Ministério da Educação, que alterava “[...] a composição do fórum, excluindo entidades históricas do campo da educação, aumentando a bancada governamental – representando um desmonte do FNE e comprometendo a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2018” (ANPEd, 2017, para 2).

Duas outras questões também chamam atenção por atravessarem todo o período analisado, constituindo elementos constantes nas agendas dos governos Temer e Bolsonaro e, por conseguinte, em bandeira de luta da ANPEd, nomeadamente: o financiamento e as reformas educacionais. O Teto dos Gastos Públicos foi determinante para as tentativas constantes de desfinanciamento tanto da Educação Básica – destaca-se aqui a luta pelo FUNDEB permanente –, quanto do Ensino Superior nesses anos e, no caso da ciência, conforme debatemos na seção anterior deste artigo, a crise, dentre outras questões, tem passado pelos cortes de bolsas e por um desmonte generalizado das instituições de fomento à investigação científica. As reformas, por sua vez, ganharam celeridade no governo Temer, e exatamente pela pressa em aprovar os textos que fugiam às expectativas das entidades de base, a ANPEd discutiu e se posicionou forte e repetidamente contra aspectos cruciais do que veio a se consolidar como o Novo Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular e a nova Política Nacional de Educação Especial.

Avançando para a segunda categoria de análise – agentes –, mapeamos a rede de agentes individuais e coletivos que estiveram envolvidos nos posicionamentos e nas ações ligadas à vida política do país nos

Boletins analisados. Esclarecemos que, para não tratar individualmente os nomes dos/as convidados/as a darem entrevistas e/ou construírem análises de conjuntura ou sobre temas específicos nesses Boletins – que geralmente se tratava de professores/as universitários/as ligados à associação e a outras entidades ligadas à educação –, identificamos nesse mapeamento as instituições a que pertencem. Nesse sentido, as universidades e os Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) aparecem na Figura 1, abaixo, exatamente por esse vínculo institucional dos agentes individuais.

Figura 1 – Rede de agentes envolvidos nos posicionamentos públicos da ANPEd – 2016-2020



Fonte: Dados da pesquisa organizados pela autora.

Os oito grupos que identificamos nessa rede de agentes que se somaram à ANPEd nos seus posicionamentos e ações entre 2016 e 2020 explicitam, em primeiro lugar, o caráter coletivo da luta política na qual uma associação científica se insere. Dessa maneira, compreendemos que aqueles temas e bandeiras explicitados no Quadro 1 envolvem uma série de agentes individuais e coletivos e os colocam em uma situação de colaboração uns com os outros na tarefa de pressionar mudanças no campo político.

Charlot (2010) compreende a ANPEd como uma força institucional e científica que permite não apenas o avanço do campo científico da Educação, mas que também coaduna um papel ético-político relevante para a sociedade brasileira. Sua atuação conjunta com as entidades de base da educação, bem como com movimentos sociais, sindicatos, instâncias de representação e decisão a níveis local, estadual e nacional, universidades, fundações de fomento e outras associações de pesquisa nacionais e estrangeiras, além das entidades sem fins lucrativos explicita a envergadura do trabalho desempenhado pela ANPEd e seus associados. Este diálogo se mostra importante, sobretudo, pela capacidade de articulação e de construção conjunta das respostas aos desafios políticos que se apresentaram a partir do golpe de 2016.

Essas articulações são determinantes tanto no sentido do diálogo com agentes ligados mais diretamente às realidades regionais e ao nível, etapa ou modalidade da educação impactada pelas reformas em andamento, quanto no sentido da construção de ações de maior impacto social e político, posto que possuem caráter e defesa conjuntos – ganhando em potencialidade de intervenção e mudança social e educacional. Dessa forma, a ligação entre a categoria de análise dos agentes e das ações ganha visibilidade, uma vez que as parcerias com os agentes mapeados na Figura 1 determinam os tipos de ações possíveis na arena de luta.

Figura 2 – Principais ações da ANPEd na arena política brasileira entre 2016 e 2020



Fonte: Dados da pesquisa organizados pela autora.

Por fim, nossa última categoria de análise, as ações, permite-nos traçar um breve panorama das principais estratégias de luta adotadas pela ANPEd no cenário recente. As principais formas de participação, portanto, na vida política nacional, entre 2016 e 2020, têm se dado por meio de: a) apoios a manifestações e posicionamentos de outras entidades da área, aqui destaca-se suporte às associações científicas nacionais mais amplas (como a SBPC, ABC, entre outras) e mais específicas (ligadas a subáreas da educação); b) produção de denúncias, questionamentos e solicitações às mais diversas instâncias políticas, seja por meio de manifestos, notas, moções ou mesmo cartas de apoio, repúdio e críticas; c) um dos carros-chefes nas ações da ANPEd tem sido a construção de estudos, análises e debates acerca das eleições municipais e presidenciais e acerca das questões educacionais do país – neste caso os Boletins trazem entrevistas com especialistas, indicações de *lives* no canal do YouTube da ANPEd e textos encomendados a associados; por fim, d) temos ainda a participação no sentido da participação nas audiências públicas, mobilizações e campanhas presenciais e online (estas últimas sobretudo no cenário pandêmico) e indicações de nomes às entidades representativas junto ao governo.

Algumas dessas frentes de ação consolidaram-se ao longo da história da ANPEd, e hoje podem ser consideradas como recorrentes para lidar com a efetivação do papel ético-político a associação. E, em função das especificidades dos tempos presentes, temos que novas estratégias de ação precisaram ser desenvolvidas, sobretudo aquelas ligadas às manifestações e mobilizações online. Nesse sentido, compreendemos que a pandemia trouxe não apenas novos temas/bandeiras de luta, mas também novas maneiras de organizar a luta por uma educação de qualidade socialmente referenciada frente às contradições que as continuidades e rupturas democráticas têm trazido para os campos educacional e científico.

Considerações Finais

As ligações entre ciência e política estão na origem da própria institucionalização do campo científico, o qual possui uma ligação umbilical com o Estado – seja como instituição que lhe assegura econômica e simbolicamente, seja a partir do seu papel histórico ligado à mudança social. Tomamos a ANPED à análise, com o objetivo de compreender os posicionamentos e as lutas travadas por esta entidade em um cenário de profundas transformações na vida política brasileira. Um *impeachment*, um governo interino, a ascensão de um vice-presidente e a eleição de um candidato de extrema direita com doses de neoconservadorismo nacionalista e religioso atravessam o período que decidimos analisar, 2016 a 2020, o que acabou por revelar um complexo cenário de atuação das associações científicas e acadêmicas e justificar a relevância do exercício de objetivar suas atividades no entrelaçamento dos campos científico e político.

A análise dos posicionamentos e ações da ANPED, a partir das três categorias aqui apresentadas – temas/bandeiras, agentes e ações –, revelou uma simbiose entre as transformações políticas mais amplas pelas quais o país tem passado e as preocupações desta associação na consolidação, em mais um panorama de época, de seu protagonismo para pensar as continuidades e rupturas democráticas e suas implicações para a educação nacional.

O período da pandemia de Covid-19 também se mostrou como um dos elementos modeladores dos temas, agentes e formas de participação que a ANPED desenvolveu para posicionar-se na arena política em torno das questões caras à educação e à ciência, isso se deveu tanto à governança de Bolsonaro frente ao cenário pandêmico, quanto às necessidades de mobilizações e manifestações online nos momentos de isolamento social. Nesse sentido, compreende-se que

Ciência é sobretudo política, também, quando os principais centros de produção científica do país são universidades e centros públicos de pesquisa, dependentes do financiamento estatal, que vem sendo mensalmente cortado (“contingenciado”) num momento em que são esses centros e essas universidades que poderiam oferecer uma resposta mais eficaz com uma estrutura mais adequada (OLIVEIRA, 2020, p. 384-385).

A inseparabilidade, portanto, entre ciência e política é uma via de mão dupla: se os ataques e desfinanciamento mais recentes ao campo científico, por parte do Estado, ameaçam sua continuidade e seu peso social, é também o campo científico – mas, não somente ele – um espaço com potencialidade para a mudança social. Nosso estudo acaba, então, por ratificar a importância e o papel ético-político das associações científicas e acadêmicas como a ANPED, e isso ganha força empírica quando vislumbramos a envergadura de sua atuação, o caráter colaborativo com outras entidades da área e os posicionamentos em prol de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada e com capacidade de atuação no processo de mudança educacional e social.

Referências

ANPED. **Entidades fazem renúncia coletiva do FNE e anunciam no Senado criação de fórum e conferência paralelas de caráter popular**, 2017. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/entidades-fazem-renuncia-coletiva-do-fne-e-anunciam-no-senado-criacao-de-forum-e-conferencia>. Acesso em: 22/02/2022.

ANPED. **Estatuto**, 2006. Disponível em:

https://www.anped.org.br/sites/default/files/estatuto_anped_com_registro.pdf. Acesso em: 22/02/2022.

BEIRED, José Luís. Bendicho. Vertentes da História Intelectual. In: BARBOSA, Carlos A. Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa. **Cadernos de Seminários de Cultura e Política nas Américas**. São Paulo: Assis FCL, Unesp Publicações, 2009. p. 85-98.

BONI, Mathias. **Cortes no investimento em ciência prejudicam resposta à covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/cortes-no-investimento-em-ciencia-prejudicam-resposta-a-pandemia-no-brasil/>. Acesso em: 19/02/2022.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

CARIA, Telmo H. Poder e reflexividade em ciência: revisão crítica do Science de la science de Pierre Bourdieu. **Educação & Linguagem**, São Paulo, ano 10, n. 16, p. 127-146, jul./dez. 2007.

CESARINO, Leticia. Identidade e Representação no Bolsonarismo. **Revista De Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530 -557, 2019.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: Especificidades e desafios de uma área de saber. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 30, p. 161-176, 2010.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 109, p. 129-160, 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Luiz Antônio Cunha Trinta por Trinta: dimensões da pós-graduação em educação. In: 30ª Reunião Anual da ANPED. **Anais**. Caxambu: ANPED, (2007), p. 1-6.

DELPORTE, Christian. **Intellectuali e politica**. Firenze: Giunti, 1996.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 303, p. 1-42, jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI – Documento: Conferência de Abertura da 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-

Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-254, jan.-abr. 2011.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GONDIM, Linda M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis [Online]**, n. 44, p. 1-20, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MACÁRIO, Eptácio; REIS, Luiz Fernando. **Covid-19, dívida pública e crise de financiamento de ciência e tecnologia no Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/sem-categoria/covid-19-divida-publica-e-crise-de-financiamento-de-ciencia-e-tecnologia-no-brasil-artigo-de-epitacio-macario-e-luiz-fernando-reis/47148/>. Acesso em: 15/02/2022.

MELO, Carlos. A crise cambial brasileira de 1999, a literatura de seus protagonistas e a compreensão do fato. Aurora: **Revista digital de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, n. 6, 2009, p. 147-167.

MITCHAM, Carl; BRIGGLE, Adam. Ciencia y política: perspectiva histórica y modelos alternativos. **Revista CTS**, Salamanca, n. 8, v. 3, p. 143-158, abr. 2007.

MOURA, Egberto Gaspar de; CAMARGO JUNIOR, Kenneth Rochel de. A crise no financiamento da pesquisa e pós-graduação no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, p. 1-3, 2017.

PINHEIRO, Marcos Sorrilha. As contribuições da sociologia para o desenvolvimento da história intelectual. **História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 3 (Especial), p. 66-88, 2014.

ROSA, Hartmut. **Social acceleration: a new theory of modernity**. New York: Columbia University Press, 2015.

SARTRE, Jean Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. Novos Estudos-Cebrap, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil: 2018.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.13, n.28, p. 35-62, set./dez. 2014.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Boston: Wesley Publishing Co, 1978.

TORRES, Carlos Alberto. **Teoria crítica e sociologia política da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

Submetido: 26/03/2022

Aceito: 10/09/2022